

Pedágio de ponte pode ser cobrado durante 33 anos

O pedágio da 3ª ponte, cujo reinício de obras está sendo negociado junto a empresas particulares, poderá ser cobrado durante 33 anos, a um preço inicial de Cr\$ 100,00, conforme cálculos efetuados por técnicos da área governamental. Segundo eles, os dados utilizados não podem ser considerados oficiais porque o Estado ainda não assumiu nenhum compromisso formal com as firmas interessadas no empreendimento.

A oficialização dos dados só poderá ocorrer depois do julgamento das propostas que forem apresentadas após a publicação do edital de concorrência, que segundo previsões do secretário da Indústria e Comércio, Ademir Musso Leal, deverá ser divulgado até o final do mês.

Os elementos considerados pelos técnicos para cálculo do tempo de duração da cobrança do pedágio foram os seguintes: valor de 100 milhões de dólares, para conclusão da obra, tráfego de 10 mil veículos por dia a Cr\$ 100,00 como preço inicial do pedágio.

Dessa forma, passando o custo de dólar para cruzeiro, ele será, a preços de hoje, de Cr\$ 11 bilhões. A arrecadação diária com o pedágio será de Cr\$ 1 milhão, resultado esse

obtido na multiplicação do número de veículos pelo preço do pedágio (no caso, 10.000 vezes Cr\$ 100,00).

O custo de manutenção da ponte e o de pessoal foi considerado como em 10% da arrecadação, o que representa um lucro líquido diário de Cr\$ 900 mil para ser aplicado na amortização do investimento. Assim, anualmente essa amortização seria de Cr\$ 328 milhões, dividindo-se o custo da obra em Cr\$ 11 bilhões, pela arrecadação anual de Cr\$ 328 milhões, chega-se a conclusão de que o pedágio deverá ser cobrado durante 33 anos para amortização do capital aplicado.

Como no jogo de mercado, segundo entendimento dos técnicos, um empreendimento para ser rentável para o setor privado tem que ser aplicado no máximo com 10 anos de prazo, no caso da 3ª ponte o investidor só começaria a ganhar dinheiro depois de 33 anos.

Os técnicos consideram que, para efetivação dessa alternativa de reinício das obras da ligação entre Vitória e Vila Velha, o governo deverá oferecer uma contrapartida que estimule as empresas do setor privado, interessadas no empreendimento.